

O DESENHO GEOMÉTRICO COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS E LEGISLAÇÕES VIGENTES NO PERÍODO DE 1890 A 1925

Jorge Alexandre dos Santos Gaspar
Universidade Severino Sombra – USS
jorge-gaspar@oi.com.br

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Aversa Villela
Universidade Severino Sombra – USS
lucivillela@globo.com

Resumo:

O ensino de Desenho, em especial do Desenho Geométrico, tem sofrido diversos momentos de mudança ao longo do tempo. Uma análise criteriosa de documentos históricos (privilegiando legislações, livros didáticos e manuais impressos) poderá apresentar algumas possíveis justificativas para tal situação. Seguindo o referencial teórico-metodológico da História da Cultura Escolar, das Disciplinas Escolares e de quem nos orienta sobre o uso de livros didáticos como fontes históricas, temos por objetivo mostrar as descobertas realizadas nesta pesquisa inicial nas legislações e nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Analisando legislações, mostraremos as variações do que aconteceu com a Disciplina Escolar Desenho e, em relação aos livros já analisados dentre o acervo da FBN, faremos uma análise preliminar quanto à sua materialidade, conteúdos abordados e adequações que se fizeram necessárias a fim de atender às legislações vigentes.

Palavras-chave: Desenho; Desenho Geométrico; Ensino; História da Educação Matemática.

1. Introdução

Neste trabalho será feito, em caráter preliminar, uma análise da legislação que versa sobre o ensino de Desenho, em especial do Desenho Geométrico na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, utilizaremos livros vinculados ao período abordado, pertencendo a maioria ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Este levantamento inicial faz parte de um projeto vinculado ao programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática da Universidade Severino Sombra e à FBN (com bolsa de pesquisa pelo Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – PNAP), que tem como base teórico-metodológica os autores tidos como referências nas áreas de História da Cultura Escolar, História das Disciplinas Escolares e na utilização de livros didáticos como fontes históricas.

O projeto de pesquisa cobre o período de 1890 a 1964, mas neste primeiro momento iremos focar o período de 1890 a 1925, de forma a apresentar um resultado

parcial da pesquisa. Esse trabalho, desenvolvido à luz da História das Disciplinas Escolares, pretende trazer à tona o debate sobre os níveis de valoração que o ensino de Desenho Geométrico foi adquirindo a formação escolar do indivíduo ao longo do período em estudo e se há validade ou não de se retomar alguns de seus aspectos no ensino e na aprendizagem de conteúdos da disciplina de Matemática nos dias atuais.

2. Fundamentação teórico-metodológica

A fundamentação teórico-metodológica está sendo obtida a partir de textos sobre a História da Cultura Escolar (JULIA, 2001; VIÑAO, 2007) e das Disciplinas Escolares (CHERVEL, 1990; VALENTE, 2007; VIÑAO, 2008). Uma vez que pretende-se tomar como fontes históricas de maior peso os livros depositados na FBN ligados à área de interesse desta pesquisa, torna-se basilar o apoio de Choppin (2004).

Segundo Julia, a cultura escolar é “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 09). Esta definição leva em consideração três aspectos primordiais: o espaço escolar específico, com prédio, mobiliário e materiais específicos; cursos em classes separadas, com progressão de nível; e um corpo profissional de educadores formados em escolas “normais”. Ao buscar indícios dessas culturas escolares esbarramos na dificuldade de encontrar material disponível para análise, já que muito deste material já foi ou consumido pelo tempo ou descartado.

Chervel (1990) nos dá uma noção de disciplina escolar a partir da definição do termo ‘disciplina’, que vai sofrendo mudanças no seu significado até chegar a uma “[...] simples rubrica que classifica as matérias de ensino” (CHERVEL, 1990, p. 179). Chervel afirma que os conteúdos são construídos, pela escola e para a escola, com alguma influência externa da sociedade, uma vez que para ele “[...] os conteúdos de ensino são concebidos como entidades sui generis, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola [...]” (CHERVEL, 1990, p. 180). A pedagogia tem então a finalidade de “[...] arranjar métodos de modo que eles permitam que os alunos assimilem o mais rápido e o melhor possível a maior porção possível da ciência de referência” (CHERVEL, 1990, p. 181), encontrando uma aplicabilidade para esses conceitos, através da vulgarização ou adaptação dos saberes científicos, a partir de uma prática docente, que deve levar em consideração a forma diferenciada de transmissão

cultural, de uma geração à outra, em função da idade dos que estão interagindo nesse processo.

Ainda segundo Chervel (1990), a pesquisa focada nas disciplinas escolares tem que passar pelo estudo das finalidades reais, que são representadas pelas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, e pelo das finalidades de objetivo, que estão registradas nas leis e nos textos oficiais. Estas práticas, junto com a fidelidade aos objetivos da disciplina naquele espaço e tempo, aos manuais adequados e à prática de professores reflexivos fazem com que uma disciplina escolar se estabeleça perante a comunidade escolar até que outras práticas a superem, fazendo com que evolua ou seja abandonada.

Segundo Choppin (2004, p. 554), “[...] a pesquisa histórica sobre os livros e as edições didáticas aborda aspectos extremamente diversos”. Ao optar pela priorização de livros didáticos, a ideia é mapear a história desse tema, mais especificamente do Desenho Geométrico, a partir de uma abordagem que concebe o livro como um personagem da história de uma disciplina escolar. Isto justifica a recomendação de se utilizar os manuais e livros didáticos como uma das possíveis fontes históricas, visto que essas fontes históricas estão disponíveis minimamente em todos os países até hoje.

Segundo Valente (2007), a pesquisa em História da Educação Matemática deve ser feita com os mesmos cuidados de uma pesquisa em História, ou seja, deve ter como objetivo a busca de produzir fatos históricos, que em seu texto são fatos relativos ao ensino de Matemática.

Transpondo este pensamento para o ensino de Desenho, em especial de Desenho Geométrico, devemos levantar vestígios do passado que nos permitam criar hoje fatos históricos relativos ao ensino dessa disciplina. No enalço de tal abordagem, tal como no projeto como um todo, também neste recorte temporal menor iremos analisar as leis que regiam a educação primária e secundária do início da República até o a publicação do Decreto 16782A, de 13 de Janeiro de 1925 (Lei Rocha Vaz), bem como os livros didáticos utilizados à época, disponíveis no acervo da FBN, além de outros possíveis rastros do passado que se possa levantar.

3. Acervo da FBN referente ao período de 1890 a 1925

O acervo da FBN, em relação a Desenho, é composto por livros que são datados a partir de 1829. Dentre eles listamos os publicados a partir de 1868, uma vez que havia a possibilidade de que estes livros pudessem ter chegado até o período de análise deste texto.

Assim, os exemplares analisados foram os de Motta (1868), Lessa (1871), L. Bettencourt (1877), Dias (1880), Gama (1880), Ribeiro Filho (1898), Cunha (1907) e L. Dumont (1913a, 1913b e 1913c).

Estes livros foram analisados de forma preliminar e alguns dados foram levantados em relação aos seus conteúdos e à sua apresentação. Em relação a sua apresentação, podemos destacar que estes livros foram todos escritos na forma de texto corrido. Em relação às figuras explicativas, temos que o livro de Motta (1868) não trouxe figuras, mas, segundo Trinchão (2008, p. 320), o livro foi dividido em duas partes, texto e atlas. Esta segunda parte trazia as figuras, mas não foi encontrado no acervo da FBN. Os demais trazem as estampas no próprio livro, ou integradas do texto ou ao final da obra. Os livros de Lessa (1871), L. Bettencourt (1877) e Gama (1880) traziam figuras feitas num fundo preto (lembrando a reprodução do quadro negro).

Em relação à utilização dos livros, temos que os livros de Motta (1868), L. Bettencourt (1877) e Dias (1880), que foram produzidos para os Liceus Nacionais de Portugal, foram adotados em terras brasileiras. A obra de Gama (1880) foi indicada para o uso dos alunos-mestres da Escola Normal de Pernambuco. Já o livro de Ribeiro Filho (1898) foi indicado para o trabalho em escolas primárias e publicado em três estados (RJ, SP e PE). A obra de Cunha (1907) também foi indicada para escolas primárias, secundárias, normais e superiores civis e militares. Além disso, o livro deste autor serviu de base de estudo para as Escolas Naval e Politécnica. Os livros de L. Dumont (1913a, 1913b, 1913c) compunham-se em três volumes e foram indicados para as escolas profissionais femininas do Distrito Federal. Uma característica interessante desses volumes era que, para cada série, a impressão escrita dos textos era feita em cores diferentes.

Por fim, ao analisarmos o material da FBN, também encontramos um exemplar do programa para o acesso à Escola Normal denominado “Programmas das aulas de Calligraphia e Desenho Linear”, de 1880. Neste programa, seria exigido do aluno o desenho a simples vistas na geometria plana e nas figuras do espaço, o emprego de instrumentos e utensílios para a resolução dos principais problemas de geometria plana, além das aplicações dos sólidos a produtos industriais.

4. Legislações que versam sobre o Desenho durante o período de 1890 a 1925.

Nesta seção, iremos dividir o estudo de acordo com as legislações que foram utilizadas para definir o panorama da disciplina escolar Desenho, ao longo do período de

estudo. Justifica-se esta divisão em função das diferentes diretrizes que cada legislação apontava em relação ao ensino do Desenho, ao longo do período.

A primeira legislação que faremos análise é Decreto 981, de 8 de Novembro de 1890, chamada Reforma Benjamim Constant. Essa legislação regulamentava a instrução primária e secundária do Distrito Federal. No seu título II, a legislação classificava as escolas em: escolas primárias de 1º grau e escolas primárias de 2º grau. Nas escolas primárias de 1º grau, o Desenho já aparece como elemento dos cursos que formavam o ensino primário. Nas escolas primárias de 2º grau também havia a recomendação do Desenho como parte de seu currículo básico (desenho de ornato, de paisagem, figurado e topográfico). Os programas, os livros e todo o material escolar necessário, de acordo com o artigo 10, seriam indicados pelo conselho diretor da escola, com aprovação do governo.

O título III, no seu artigo 12, fala sobre o pessoal docente e delibera que o governo iria manter na Capital Federal uma ou mais escolas normais, com escolas primárias modelo em anexo a estas. Nas escolas normais, o Desenho era parte das disciplinas obrigatórias para a formação do professor.

O título V referia-se ao ensino secundário. No seu artigo 25, a legislação decretava que o ensino secundário seria dado pelo Estado no Gymnasio Nacional. O Desenho era disciplina obrigatória do currículo (artigo 26) e tinha a carga horária definida pelo artigo 30. No artigo 33 estavam expostos os três tipos de exame que o aluno faria para a obtenção do grau: o exame de suficiência, para as disciplinas que continuariam no ano seguinte; o exame final, para as matérias que teriam sido concluídas (a disciplina Desenho realizava exame final no sexto ano) e o exame de madureza, que era prestado ao fim do curso secundário. Ao final da legislação, os conteúdos de Desenho que deveriam ser trabalhados nas escolas primárias de 1º grau foram detalhados.

Na sequência, temos o Decreto 3914 de 23 de Janeiro de 1901. Esse decreto instituiu o Gymnasio Nacional, dividido em internato e externato. No artigo 3º, relaciona as disciplinas do curso do Gymnasio Nacional e no artigo 4º relaciona o Desenho como disciplina pertencente ao currículo das quatro primeiras séries do curso secundário, com carga horária de 3 horas semanais nos três primeiros anos e duas horas semanais no quarto ano. Segundo o artigo 9º, o programa de Desenho “[...] figurará como perfeita linguagem descritiva”. Assim, o programa do primeiro ano compreenderá o desenho a mão livre, com aplicação especial ao desenho geométrico plano; o programa do segundo ano envolve o estudo dos sólidos geométricos, acompanhado dos princípios práticos da execução das

sombras, e ornatos em relevo; o programa do terceiro ano refere-se ao desenho linear geométrico, elementos de perspectiva prática à vista e o programa do quarto ano é referente aos elementos de desenho geométrico ou representação real dos corpos. O artigo 12º diz que os exames de Desenho serão provas gráficas, que serão feitas ao fim de cada ano letivo, do primeiro ao quarto ano.

O Decreto 11530, de 18 de Março de 1915 reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Neste documento, no capítulo das disposições especiais sobre o Colégio Pedro II, no artigo 165 é indicado que a nota obtida no exame de Desenho visa apenas estimular os alunos e não influencia na aprovação, bastando que seja exibido o atestado de frequência. Apesar disto, as aulas de Desenho serão ministradas nos quatro primeiros anos.

A última legislação analisada dentro do período deste trabalho é o Decreto 16782A, de 13 de Janeiro de 1925, conhecida por Lei Rocha Vaz. Nesta legislação, o capítulo VIII, seção terceira, define que os programas de ensino para os cursos secundários e superior são de responsabilidade dos professores catedráticos e das congregações e serão submetidos a aprovação no início do ano letivo. Na seção quarta, onde é definido o curso de ensino secundário, o artigo 47 relaciona as disciplinas que compõem os seis anos do curso, sendo o Desenho parte integrante das disciplinas obrigatórias do primeiro ao quinto ano. No artigo 52 desta mesma seção são definidas as formas de exame de promoção e finais, sendo as avaliações de Desenho, provas gráficas do primeiro ao quarto ano e no quinto ano o exame era facultativo, bastando apenas o atestado de frequência.

5. Conclusão

Este pôster, que é um recorte da pesquisa que está em andamento, faz algumas indicações. Em relação aos livros do acervo da FBN já analisados, podemos dizer que os conteúdos descritos nas leis e decretos, bem como nos programas de acesso às escolas normais e politécnicas, se encontravam presentes, apesar da maioria dos livros analisados serem anteriores a publicação dessas legislações.

No que diz respeito à materialidade dos livros percebemos que ocorreu uma melhoria quanto à apresentação das figuras que exemplificam as construções. O livro de Theodoro da Motta, primeiro a ser analisado, trazia as figuras em outro volume da obra (chamado Atlas), enquanto os demais as traziam dentro do texto ou ao final. Em relação às legislações dentro do período, verificamos que o Desenho sempre se encontrou como parte integrante dos cursos primários e secundários, bem como fazia parte dos concursos de

admissão para a Escola Normal. É possível que novas evidências ainda possam ser encontradas para a legitimação do ensino de Desenho à época.

Toda esta reflexão visa, em primeira instância, mostrar que a cultura escolar pode mudar ao longo do tempo e, em outro aspecto, espera-se levantar o debate sobre o porquê ocorreram tais mudanças. Subliminarmente propõe-se que reflitamos se há espaço para alguma retomada do ensino desta disciplina escolar nos dias atuais, em que a voz corrente afirma que os *softwares* substituem sem prejuízo as antigas aulas de Desenho Geométrico instrumentado ou se ambas podem acontecer de modo concomitante e complementar.

6. Bibliografia

BETTENCOURT, L. **Elementos de desenho linear para servirem de guia aos candidatos ao magisterio primario segundo o respectivo programma official**. Porto: Portugal, Casa de Paulo Podestá, 1877.

BRASIL. Decreto 981 de 8/11/1890. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. Rio de Janeiro, Página 3474 Vol. Fasc. XI. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. Decreto 3.914 de 23/1/1901. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seção 1, 6 fev 1901, Página 687. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. Decreto 11.530 de 18/03/1915. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seção 1, 19 mar 1915, p. 2977. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. Decreto 16.782-A, de 13 jan 1925. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 16 abr 1925. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n 2, 1990, p.177 – 229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Anais do XXII Congresso do ISHEE (200, Alcalá, Espanha). Publicado na Revista Pedagogia Histórica, v.38, n.1, 2002, p.21-49. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. **Educação e pesquisa**. FEUSP, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004, p.549 – 566.

CUNHA, Gregório Nazianzeno de Mello e. **Curso de desenho geométrico e elementar**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1907

DIAS, Antonio da Silva. **Elementos de desenho linear geométrico**. Primeira parte inteiramente conforme com o ultimo programa official para o ensino dos lyceus nacionnaes. Porto, Portugal: Livraria Internacional, 1880.

DUMONT, L. **Ensino do desenho nas escolas profissionaes femininas do Districto Federal: primeiro guia**. Rio de Janeiro: Officina Graphica da Sociedade Anonyma Progresso, 1913a.

_____. **Ensino do desenho nas escolas profissionaes femininas do Districto Federal: segundo guia**. Rio de Janeiro: Officina Graphica da Sociedade Anonyma Progresso, 1913b.

_____. **Ensino do desenho nas escolas profissionaes femininas do Districto Federal: terceiro guia**. Rio de Janeiro: Officina Graphica da Sociedade Anonyma Progresso, 1913c.

GAMA, Aires de Albuquerque. **Elementos de desenho linear**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: B.L. Garnier, 1880.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza, **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1. São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

LESSA, João Antônio da Fonseca. **Compendio de desenho geometrico, geometria pratica e princípios de architectura, para uso dos alunos da Escola Preparatoria anne**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1871.

MOTTA, Theodoro da. **Compendio de desenho linear para uso dos alumnos dos lyceus nacionaes: segundo anno**. Lisboa, Portugal: Typographia da Viuva Sousa Neves, 1868.

PROGRAMMAS das aulas de Calligraphia e Desenho Linear. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

RIBEIRO FILHO, Faustino J. de Oliveira. **Desenho geral**. Curso elementar compreendendo noções de desenho geometria perspectiva, noções de architectura, desenho de molduras, de figura e de paysagens methodicamente comprilado para uso dos alunos de ensino primario. Rio de Janeiro: Laemmert, 1898.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. **O Desenho como objeto de ensino**: história de uma disciplina a partir dos livros didáticos luso-brasileiros oitocentistas. Tese (doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS 2008. Disponível em <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/GluciaTrinchaoEducacao.pdf>>. Acesso em 23 set. 2012.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT – Revista Eletrônica de Educação Matemática**. v2.2, páginas 28 – 49, UFSC: 2007.

VIÑAO, Antonio. Culturas escolares. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares e Reformas**. Tradução de Manoel Alberto Vieira. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, Ltda. 2007. Cap. IV, p. 83 – 97.

_____. História das disciplinas escolares. Tradução de Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**, n 18, p. 173 – 215, set./dez. 2008.

Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/93>>. Acesso em:
18 jun. 2012.